



# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1975

## AVULSO

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 125/75

#### ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

##### 1. - INTRODUÇÃO

Atendendo dispositivos constitucionais e legais, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, através da Mensagem nº 51/75, de 04 de setembro de 1975, vem submeter à consideração do Poder Legislativo, a proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio, referente aos exercícios financeiros de 1976, 1977 e 1978.

O documento visa dar um instrumento programático à Administração Estadual, na premissa de alocar recursos, dentro de uma racionalização, de tal forma que a produtividade do Paraná venha se manter e otimizar.

A proposta, dentro de um tecnicismo especial, contém, além de determinadas despesas correntes, toda a programação das despesas de capital especificadas na proposta do orçamento anual e a estas somas inerentes das entidades indiretas e vinculadas da Administração Estadual. Tudo isto, na tentativa de dar meios programáticos para desenvolver a ação governamental.

Comparando-se o documento com o OPI sancionado no exercício findo, para o triênio 1975/77, deparamos com um aumento considerável nos recursos previstos e programados, o qual, percentualmente, chega ao índice de 79,3% (setenta e nove virgula três por cento).

##### 2. - ANÁLISE GERAL DO DOCUMENTO

O documento se vincula ao II PND, programática do Governo Federal, o que achamos de bom entendimento, pois sendo Estado membro dos mais necessários na caminhada empreendida pelo Brasil, não poderia o Paraná esquecer o Plano Básico da Nação.

Esta vinculação veio a ensejar que as funções de INDÚSTRIA E COMÉRCIO (específica para determinar o aproveitamento de empresas no desenvolvimento) e de AGRICULTURA (enquadrada como a mais importante, para o Paraná, dentro da conjuntura nacional atual), tivessem atenção redobrada do órgão central de planejamento Estadual).

Não enunciamos uma análise detalhada do documento, pois além de cansativa, viria determinar que andássemos dentro de um emaranhado de tecnicismo, sem aproveitamento prático, pois se coube ao Poder Executivo delinear as linhas mestras da ação, somente a ele caberá determinar a praticidade de suas atividades e projetos.

Contudo, aqui, gostaríamos de tecer alguns comentários, chamando a atenção sob um aspecto, com o intuito de crítica construtiva:

a - Acompanha a proposta do OPI, um anexo, meramente

explicativo, pois não faz parte do Projeto de Lei, denominado "OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO", o qual visa dar as linhas básicas e prioritárias de ação governamental;

b - Ora, documento de tal importância se deveria analisar detalhadamente e com tempo hábil, o que achamos impossível dentro do prazo prescrito em Lei e Regimento Interno.

Isto posto somos:

1 - Que tais documentos fossem enviados com uma antecipação de, no mínimo noventa (90) dias de proposta do OPI;

2 - Que, sendo eles, que englobam e delimitam às ações governamentais, fizessem parte do corpo de Lei e não permanecessem como meros explicativos sem valor legal.

O reforço desta nossa tese encontraríamos em determinar, que o Órgão Central de Planejamento Estadual tem prazos ilimitados para proceder a estruturação da programática governamental e a nós, Deputados, dentro de um tempo diminuto, temos que analisar um documento hipertrofiado, de dados técnicos, sem no entanto podermos mexer nas linhas mestras; ou por falta de tempo ou porque se emendássemos, tais documentos, não surtiria efeitos, já que os mesmos não têm valor legal.

##### 3. - ANÁLISE DE FUNÇÕES PRIORITÁRIAS

Esta análise se atem às funções, que consideramos as mais importantes, passíveis de sofrer de perto a ação governamental, pois são aquelas que ensejam maiores problemas e, consequentemente, requerem injeções de recursos e prioritárias atenções. Ao delinear a nossa área de análise, partimos de encontro aos reclamos públicos, os quais encontramos, tanto nos noticiários, como nos pronunciamentos dos Senhores Deputados.

A - AGRICULTURA - O dispositivo anterior previa um total de recursos para o triênio 1975/77, na ordem de Cr\$ 753.861.300,00 (Setecentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e sessenta e um mil e trezentos cruzeiros) e o ora proposto, prevê o montante de investimentos em Cr\$ 1.249.670.350,00 (Um bilhão, duzentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e setenta mil e trezentos e cinquenta cruzeiros), perfazendo um aumento, percentual, de 65,7% (sessenta e cinco virgula sete por cento) para os exercícios de 1976/78.

B - EDUCAÇÃO E CULTURA - No OPI anterior havia uma previsão de recursos a serem investidos, no total de Cr\$ 3.411.921.900,00 (três bilhões, quatrocentos e onze milhões, novecentos e vinte e um mil e novecentos cruzeiros) sendo que o presente programou, nesta função, um investimento de Cr\$ 5.289.549.000,00 (cinco bilhões, duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e nove mil cruzeiros), para o triênio de 1976/78, ensejando um aumento de 55,0% (cinquenta e cinco por cento).

Existe um pressuposto de que a programação está fadada em atender às necessidades destas funções e esperamos que, na prá-

tica, a ação se efetue, pois, tal como se apresenta na mensagem, terá a administração meios para que possa, se não solucionar, pelo menos vir a delimitar os problemas que ora se avolumam.

#### 4. - ANÁLISE DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

De modo geral todas as funções, no programa de ação governamental, receberam aumento de investimentos e sob este prisma, cabe-nos ressaltar dois aspectos:

A COMUNICAÇÕES - Sabe-se que o Paraná é o Estado da Federação que ostenta a primazia no setor de comunicações, contudo esta função sofreu considerável decréscimo de recursos programados, senão vejamos:

OPI 1975/77	1.720.164.200
OPI 1976/78	100.464.000
Diminuição	1.619.700.200

O Percentual da redução é na ordem de 1.612,3% Um mil seiscentos e doze virgula três por cento.

B DESENVOLVIMENTO REGIONAL e INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - A primeira função foi a que, percentualmente, mais aumentou, isto é, na ordem de 3.778,6% Três mil, setecentos e setenta e oito virgula seis por cento. Quanto à segunda foi a que mais sofreu aumento em cifras, ou seja, no montante de Cr\$ 10.724.453.400,00 (Dez bilhões, setecentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e quatrocentos cruzeiros).

#### 5. - UM PROBLEMA EM ANÁLISE

Além dos supra citados problemas, ou seja, os referentes à agricultura e educação, inúmeras vezes somos levados a analisar outros aspectos de relevante interesse para o Estado, como no setor de segurança, especialmente, o sistema penitenciário. Nossos estabelecimentos penais não atendem às exigências, não só no ponto de vista físico, como também no humano no pressuposto de alcançar, sobretudo, a eficácia corretiva. Caberia ao Governo, senão programar, planejar, projetar e ativar a função de tal modo que houvesse uma racionalização pedida pela necessidade.

Ora, recursos para construção de penitenciárias estão previstos mas aonde serão elas edificadas? E o total dos meios alocados estão a preencher as necessidades?

Tais investimentos estão na ordem de Cr\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de cruzeiros) para o próximo exercício e de Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros) para o triênio. Isto para atender reclamos PRIORITÁRIOS (Fls. 566 do OPI).

Enquanto isto, existe determinado projeto, o qual não vem de encontro aos anseios populares, nós pelo menos, pela primeira vez, encontramos relatado (fls. 336) ou seja, REFORMA E ADAPTAÇÕES NAS INSTALAÇÕES DO PALÁCIO IGUAÇU, aonde se deseja investir Cr\$ 5500.000,00 (Cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), no exercício vindouro e Cr\$ 21.500.000,00 (vinte e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) para o triênio.

Não somos contra o projeto em si, mas preferimos fazer este comparativo no presente parecer, para que se conceituasse um melhor detalhamento nestas atividades governamentais, no sentido de a programação do dinheiro público seja feito em contingência com as reais necessidades do Estado.

#### 6. - EMENDAS APRESENTADAS

Tempestivamente, foram apresentadas duas (02) emendas ao Projeto de Lei nº 125/75, ou sejam:

EMENDA Nº 01 - Arguida pelo nobre Deputado Accioly Neto, visando melhor dotar a FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAGUÁ,

deslocando recursos da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

O Aumento e consequente diminuição seriam na ordem de:	
exercício de 1976:	1.000.000
exercício de 1977:	2.000.000
exercício de 1978:	2.000.000

EMENDA Nº 02 - Apresentada e justificada pelos Nobres Deputados Luiz Carlos Zuk e David Federmann, pretendendo aumentar a dotação da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, desvinculando os recursos, também da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

O aumento e consequente diminuição seriam na ordem de:	
exercício de 1976:	2.000.000
exercício de 1977:	9.000.000
exercício de 1978:	11.000.000

Resumindo, a Fundação Universidade Estadual de Londrina, sofreria uma redução de seus recursos, nos seguintes montantes:

exercício de 1976:	3.000.000
exercício de 1977:	11.000.000
exercício de 1978:	13.000.000

A Emenda nº 01 não traz justificativa, mas a nº 02 o faz de maneira incisiva e bem estruturada e, sendo idênticas no sentido, serve como base a ambas.

Analisando-se os anexos que trazem as dotações supra citadas, veremos que a Fundação diminuída nos seus recursos está bem aquinhoadada, tanto na parte da "atividade" como na de "projeto", o que determinaram os pressupostos da justificativa, na apresentação das emendas.

O documento de apresentação do OPI não justifica a atitude de ter a Fundação Universidade Estadual de Londrina, maiores recursos para investimentos do que as outras, constantes do mesmo programa. Claro que se poderia supostamente (grifo nosso), levar em consideração:

a - o "custo aluno" das faculdades técnicas mantidas pela Universidade de Londrina é maior do que as mantidas pelas outras, de cunho de ciências sociais; Ou,

b - O OPI representa os montantes contidos nas próprias propostas enviadas pelas Fundações em análise.

Mas assim não explicita o documento base e, para nós, a Unidade Central é a Secretaria de Educação e Cultura; as suposições, para análise, devem ser desconsideradas e devemos nos ater aos documentos e, como tal, as emendas são justificadas e o OPI não.

Pelo exposto, somos pelo ACOLHIMENTO DAS EMENDAS e consequentemente as alterações de todos quadros que compõem o Projeto de Lei nº 125/75.

#### 7. - CONCLUSÕES

A - O documento, referente à proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado, para o triênio 1976/78, foi apresentado atendendo às normas constitucionais e legais.

B - Contem ele estrutura de programática global, estando a Administração Estadual, buscando meios de imprimir uma ação de governo, contudo, sem filosofia objetiva, que haveria de pretender um fim condizente com a expectativa do Povo Paranaense.

C - Procurou o Órgão de Planejamento Central atender aquilo que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado pretende otimizar na sua administração, sem, verdadeiramente, trazer um esboço seguro de concretizações.

D - O OPI está estruturado dentro de um tecnicismo exagerado, não procurando melhor discriminar em consonância com os reclamos populares, o que ensejou as nossas veladas críticas.

E - Quanto às emendas apresentadas, estão elas fadadas a melhor atender às Fundações contidas no programa específico

do Ensino Superior, a não ser que, posteriormente, venha-se justificar o "modus Faciendi" na aplicação dos recursos, conforme acima expomos.

## 8. - PARECER

Pelo exposto e considerando:

- a - a rígida legislação vigente;
- b - a exiguidade de tempo, prejudicando um exame mais acurado da matéria;
- c - principalmente, para não causar entrave pelo menos em tese à Administração do Estado;

Valho-me do pressuposto, eventual, da boa intenção do Poder Executivo, para concluir pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, acolhendo-se as emendas apresentadas.  
S/M/E

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1975.

aa JORGE SATO - Presidente

ANTONIO FACCI - Relator OPI

DOMICIO SCARAMELLA

IVAN RÜPPEL

EGON PUDELL - Pela conclusão e contrário às emendas conforme voto em separado.

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

### VOTO EM SEPARADO

SENHOR PRESIDENTE

SENHORES MEMBROS:

Apesar de bem fundamentadas a tese das emendas apresentadas a proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1976/78, apresentadas pelos nobres Deputados Accioly Neto, a nº 01, e Luiz Carlos Zuk e David Federmann a de nº 02, considerando que:

1 - Elas viriam a contrariar um estudo feito "a priori" visando dotar a cada Unidade Administrativa, do programa "Ensino Superior", com recursos suficientes para atenderem as necessidades;

2 - Se fossem recebidas e aprovadas, elas poderiam deslocar recursos de uma Unidade, sem, no entanto, verdadeiramente beneficiar as outras; e.

3 - Precipuamente, que a proposta do OPI contém os mesmos montantes que foram solicitados pelas próprias Unidades tanto as beneficiadas como a Fundação que sofreria diminuição dos seus recursos, conforme prova se faz com os documentos anexos.

SOMOS pelo não acolhimento de tais emendas e, consequentemente, a aprovação do Projeto de Lei nº 125-75, sem qualquer alteração.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1975

aa JORGE SATO

EGON PUDELL

DOMICIO SCARAMELLA

IVAN RÜPPEL

ANTONIO FACCI - Vencido conforme parecer separado.